
A TRADUÇÃO / INTERPRETAÇÃO E A TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO

Márcia C. F. Fusaro

Mestre em História da Ciência – PUC-SP; Especialista em Língua, Literatura e Semiótica – USJT; Tradutora, Professora e Coordenadora do curso de Tradutor / Intérprete do Departamento de Educação na UNINOVE.

Resumo

Sem a pretensão de oferecer fórmulas prontas, neste artigo nosso ponto de partida será o questionamento de como enfrentar, de maneira conscienciosa, certas pressões advindas da formação acadêmica do mundo contemporâneo, ‘escrava’ das especializações. Nosso objetivo posterior será a abordagem de como o conhecimento amplo, relacionado com as diferentes culturas que envolvem o universo de estudo e atuação profissional do tradutor/intérprete, poderia ser transmitido pedagogicamente aos alunos do curso de tradução e interpretação.

Palavras-chave: tradução; interpretação; epistemologia; multidisciplinaridade.

Abstract

Without any claim of presenting finished formulas, in this article our starting point will be questioning how to face, in a consciously way, some pressures brought by the academic education in the contemporaneous world, ‘slaved’ by the specializations. Our ulterior aim will be an approach concerning how the wide knowledge, related to the different cultures involved in the translator/interpreter’s study and professional actuation could be pedagogically transmitted to the translation and interpretation students.

Key words: translation; interpretation; epistemology; multidisciplinary.

*Pluralidad de lenguas y sociedades
cada lengua es una visión del mundo,
cada civilización es un mundo.*

(Octavio Paz)

Como enfrentar, de maneira conscienciosa, algumas das pressões trazidas pela formação acadêmica do mundo contemporâneo, ‘escrava’ das especializações? Talvez um primeiro movimento na tentativa de encontrar uma resposta para essa questão seja lembrar como se deu, na história da civilização ocidental, o processo de valorização excessiva do ‘especialista’, do ‘perito’, do *expert*. Neste artigo, será esse o ponto de partida de nosso questionamento, para, em seguida, abordar como o conhecimento amplo, relacionado às diferentes culturas que envolvem o universo de pesquisa e atuação profissional do tradutor/intérprete, poderia ser transmitido pedagogicamente aos alunos do curso de Tradução e Interpretação, com um alcance amplo o suficiente, para comportar a multidisciplinaridade até mesmo numa especialização nessa área.

Na história do pensamento ocidental, podemos considerar que a valorização da especialização do conhecimento é um fenômeno relativamente recente. De fato, ela se deu mais precisamente a partir do século XIX, quando, conforme o historiador inglês Peter Burke (2003, p. 3), surgiram conceitos novos como perito, profissional e especialista, reflexo da divisão do trabalho intelectual. Contudo, além do próprio Burke, na atualidade, outros pensadores de vulto consideram tal processo mais como uma crise do conhecimento do que propriamente algo a ser enaltecido no campo da epistemologia (CAPRA, 1982/2002; DYSON, 2000; LEVY, 2003; MORIN, 2001/2002), isso porque os excessos nunca são aconselháveis, e a especialização excessiva tem conduzido certos campos do saber a uma espécie de engessamento intelectual.

Na Antiguidade Clássica, os homens de amplo conhecimento eram os chamados filósofos. Contudo, a abrangência de seus conhecimentos incluía, no seio da própria Filosofia, áreas tão diversas como a matemática (abrangendo a Geometria), as ‘ciências’ (incluindo a Biologia e a Física, esta última chamada de Filosofia Natural) e a Arte (abrangendo a Literatura, o Teatro, a Pintura e a Escultura).

Na Idade Média, o curso universitário era constituído das chamadas ‘sete artes liberais’, sob o monopólio da cultura intelectual da Igreja: a primeira parte (*Trivium*) era composta de Gramática (Latim e Literatura), Retórica (Estilística, textos históricos) e Dialética (iniciação filosófica); a segunda

(*Quadrivium*), de Aritmética, Geometria (que incluía a Geografia), Astronomia (Astrologia e Física) e Música. Portanto, a noção de conhecimento amplo da Antiguidade foi mantida, ainda que sob outros moldes.

Ao longo do Renascimento, contudo, essa perspectiva multidisciplinar começou a modificar-se, tendo como alguns motivos dignos de relevância a invenção da imprensa (século XV), as grandes navegações e a revolução científica (séculos XV a XVII), além da criação da *Encyclopédie*, durante o Iluminismo do século XVIII. A partir da sistematização do conhecimento em tópicos e índices específicos, trazida pela noção enciclopédica ampliada pelo uso da imprensa, não era mais preciso o estudioso dominar vários assuntos, uma vez que passara a existir uma riquíssima fonte de consulta sobre os mais variados temas e com acesso mais popular. Caso fosse preciso saber algo sobre um determinado assunto, bastava consultar a enciclopédia, hábito esse, aliás, que continua a ser utilizado na atualidade, só que agora sofisticado pelo uso de *softwares*. De fato, sabemos que, para ter acesso ao conhecimento enciclopédico, em nossos dias, não é mais preciso nem mesmo tirar da estante um volume daquela coleção antiga e empoeirada; bastam alguns cliques e todo um universo de saber surge diante de nossos olhos, na tela do computador.

No decorrer do Renascimento, apesar da pressão cada vez mais intensa em direção à especialização do conhecimento que nos conduziria ao contexto atual, alguns estudiosos continuaram a nadar contra essa maré intelectual, tentando manter-se sob a égide nomenclatória de ‘pensadores’ e não de ‘especialistas’. Entre eles, não podemos deixar de citar, evidentemente, Leonardo da Vinci, significativo representante do multifacetado pensador renascentista, cujos estudos abrangeram áreas hoje consideradas distanciadas entre si – como a arte e a ciência, por exemplo – por estudiosos vinculados ao paradigma da excessiva especialização como um quesito benéfico à formação do indivíduo. Ainda na história do conhecimento renascentista, temos outros exemplos de pensadores e estudiosos que não quiseram abrir mão de uma ampla formação intelectual, como Thomas Hobbes (1588-1679), que se interessou por Lógica, Física, Astronomia, Geografia, Literatura e Filosofia; John Locke (1632-1704), que estudou Química, Meteorologia, Teologia, Medicina e

Filosofia; Isaac Newton (1643-1727), que além da Física (com estudos sobre gravidade e ótica), dedicou-se também a pesquisas sobre cronologia e alquimia, e Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), cujos estudos abrangeram Matemática, História, Direito e Lingüística.

No mundo contemporâneo, também encontramos algumas vozes significativas dispostas a remar contra a maré da especialização e que defendem a retomada do conhecimento multifacetado. Dentre esses pensadores, destacamos Edgar Morin (2002, p. 579), definido, em seu livro *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*, como “sociólogo de seu tempo, filósofo, artesão de um conhecimento multidimensional dos fenômenos humanos, consagrando-se há mais de quinze anos à elaboração de um ‘Método’ apto a apreender a complexidade do real”. Na apresentação desse estudo, Morin (op.cit., p. 14) nos apresenta um duplo problema de grande importância na atualidade:

- 1) *O desafio da globalidade*, isto é, a inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave, de um lado, entre um saber fragmentado em elementos desconjuntados e compartimentados nas disciplinas, e de outro, entre as realidades multidimensionais, globais, transnacionais, planetárias e os problemas cada vez mais transversais, polidisciplinares e até mesmo transdisciplinares;
- 2) *A não-pertinência, portanto, de nosso modo de conhecimento e de ensino*, que nos leva a separar os objetos de seu meio, as disciplinas umas das outras e não reunir aquilo que, entretanto, faz parte de um “mesmo tecido”. A inteligência que só sabe separar espedaça o complexo do mundo em fragmentos desconjuntados, fraciona os problemas. Assim, quanto mais os problemas se tornam multidimensionais, maior é a incapacidade para pensar sua multidimensionalidade; quanto mais eles se tornam planetários, menos são pensados enquanto tais. Incapaz de encarar o contexto e o complexo planetário, a inteligência torna-se cega e irresponsável.

Nesse contexto, não resta dúvida de que o tradutor/intérprete pode ser considerado alguém inserido na linha dos pesquisadores e profissionais ‘multidisciplinares’. E caso fosse conveniente a sugestão de uma linha eficaz de especialização à

tradução/interpretação, esta teria, necessariamente, de ser multidisciplinar. É sabido, pelo menos por quem lida mais diretamente com essa área, que a prática da tradução e da interpretação exige não apenas o conhecimento de outros idiomas, mas também uma considerável abrangência de conhecimentos gerais e culturais, habilidade na aplicação de tais conhecimentos, sensibilidade estética e muita dedicação à pesquisa multidisciplinar.

Se considerarmos a opção pela carreira de tradutor/intérprete no mesmo nível da escolha vocacional, por exemplo, de um profissional da área de saúde ou da área legal (visão que todo profissional de tradução e interpretação deveria ter), teremos uma perspectiva um pouco diferenciada daquela comumente empregada até alguns anos em relação a esse campo profissional. Conforme o tradutor e teórico da tradução Douglas Robinson (2002, p. 9-10):

Os estudos de tradução e a formação de tradutores profissionais são, sem dúvida, parte integrante da explosão das relações interculturais e da transmissão de conhecimentos científicos e tecnológicos; a necessidade de um novo método para os processos de ensino e aprendizagem também se faz sentir nos programas de formação de tradutores e intérpretes do mundo inteiro.

À “transmissão de conhecimentos científicos e tecnológicos”, acrescentaríamos a transmissão e apreensão de conhecimentos e métodos de pesquisa multidisciplinares. Mesmo que um tradutor/intérprete opte por atuar em uma determinada área específica, não resta dúvida de que esta não lhe será apresentada de maneira isolada, ainda mais diante do quadro de globalização da atualidade.

Mas como ser um tradutor/intérprete/pesquisador multidisciplinar sem incorrer nas generalizações (também não recomendáveis ao bom pesquisador)? Talvez aprendendo a detectar as escolhas bibliográficas adequadas. E como fazer isso? Com certeza, lendo muito e aprendendo a aplicar as teorias na prática da pesquisa. Quanto mais amplo o repertório de leituras, por certo mais ricas e conscienciosas tenderão a ser as escolhas do tradutor/intérprete/pesquisador.

Alguns teóricos consideram a habilidade de traduzir e interpretar como dons inatos. Outros, porém (a nosso ver mais comprometidos com uma abordagem sensata), defendem o ponto de vista de que o aprimoramento profissional do tradutor/intérprete se dá pelo aprendizado contínuo e multifacetado, o que, evidentemente, aproxima-o mais da pesquisa multidisciplinar. Em nossa experiência tradutória, não resta dúvida de que a perspectiva contínua do ensino/aprendizagem multidisciplinar é aquela que se apresenta como a mais viável em relação à tradução/interpretação. Diríamos, de fato, que o tradutor/intérprete com desempenho de alto nível deveria ser, antes de tudo, um pesquisador multidisciplinar inato. Infelizmente, porém, o prazer intelectual de pesquisar os mais variados temas nem sempre se manifesta nos indivíduos cada vez mais especializados de nossa sociedade.

Diante da vastidão epistêmica apresentada pelo campo da tradutologia, o professor de tradução/interpretação enfrenta um desafio no nível daquele de “dizer o indizível” (PAZ, 1996, p. 44), ousando aqui uma analogia com a idéia que o admirável poeta e ensaísta mexicano aplica ao poder da poesia. Ao tradutor, diríamos, apresenta-se o constante desafio de ‘traduzir o intraduzível’, e ao tradutor / intérprete / professor, apresenta-se ainda o desafio de ‘traduzir o intraduzível pedagogicamente’.

Para dar conta, na medida do possível, dessa vastidão epistêmica, seria interessante que os professores e os cursos de tradução e interpretação perpassassem terrenos não somente de teorias e práticas tradutórias, mas também de disciplinas como Filosofia (voltada à Estética, à Ética e à Linguagem), Lingüística e Semiótica, entre outras cujo alcance não caberia nos limites deste artigo. Ainda assim, tomando por base a importância da Lingüística e da Semiótica dentro do campo da tradução, é lícito reproduzirmos a ressalva defendida pelo teórico da tradução J.-R. Ladmiral (1979, p. 203-204 – grifos no original) de que:

Não é possível deduzir da teoria lingüística, nem sequer da teoria semiótica, “*técnicas* de tradução” que possam ser “aplicadas” de modo linear: a tradução não é uma prática, que tem a sua ordem específica; como tal, ela define-se por oposição ao discurso da teoria e ao fantasma de

pretensas técnicas. Tendo em conta o hiato existente entre teoria e prática [...] e que convém não perder de vista, o único benefício que se tem o direito de esperar de uma teoria da tradução, ou tradutologia, consiste em clarificar e em classificar [...] as *dificuldades de tradução*, em conceituá-las para articular uma *lógica da decisão*. Trata-se apenas de “esclarecer” o tradutor, de lhe fornecer “ajudas à decisão” que facilitem as suas *escolhas de tradução*, tornando-as conscientes graças a instrumentos conceituais. O discurso teórico da tradutologia não proporcionará revelações, a descoberta de “novos continentes”, mas precisamente a fixação de conceitos abstratos que sejam outras tantas *janelas* contribuindo para esclarecer a prática traduzinte. É enquanto “cultura” ou enquanto “formação fundamental” que a teoria tem um impacto ao nível da prática do tradutor, o qual se encontra assim “informado” (em todos os sentidos da palavra).

Dessa forma, uma perspectiva pedagógica desse quadro de ensino/aprendizagem se mostra, evidentemente, bastante delicada. Afinal, ensinar não é algo que possa ser feito por alguma pessoa simplesmente por se tratar de um especialista em determinada área: apenas possuir muito conhecimento a respeito de um assunto não habilita essa pessoa a ensiná-lo, ainda mais se o assunto em questão for um universo tão vasto e movediço quanto o das culturas, do conhecimento geral e das técnicas que envolvem a tradução/interpretação. Ensinar, sabemos, não é tarefa fácil, e transmitir conhecimento e experiência aos futuros tradutores e intérpretes exige não apenas o domínio do assunto, mas também um domínio sobre o método de transmissão mais eficaz de todo um conteúdo teórico e prático ligado à tradução e à interpretação. Ao professor, portanto, seria desejável tanto o conhecimento e a experiência nesses campos quanto a habilidade para ensiná-los. Diante dessa perspectiva, os objetivos pedagógicos mais amplos do tradutor/intérprete/professor se tornam, por vezes, difíceis (ainda que não impossíveis) de ser alcançados, por possuírem uma essência, diríamos, qualitativa.

O tradutor deve ser capaz não apenas de traduzir um certo número de palavras dentro de um determinado prazo, mas também de fazê-lo de maneira esteticamente acurada, criando um texto fluente na língua de chegada. Já o intérprete (simultâneo e/ou consecutivo) deve ser capaz de acompanhar um discurso oral durante determinado tempo, sem perder idéias centrais do discurso nem cometer equívocos quanto ao conteúdo a ser reproduzido na língua de chegada.

Assim definidos, muito resumidamente, o trabalho do tradutor e o do intérprete, ressaltamos ainda outra questão importante com a qual deparamos profissionais, professores e estudantes de tradução e interpretação: a falta de uma definição clara do que é um tradutor e do que é um intérprete. Não raro, vemos o trabalho de um sendo tomado pelo do outro. Então ouvimos comentários do tipo “Ela *traduziu* simultaneamente a fala do político”, ou “Ele *interpretou* errado aquela passagem do poema da língua X para a língua Y”. De fato, esse tipo de equívoco acaba refletindo também no ponto de vista dos alunos iniciantes, que muitas vezes chegam ao curso utilizando um termo pelo outro.

Outro equívoco bastante comum é grande parte das pessoas pensar que qualquer indivíduo bilíngüe seja capaz de traduzir ou interpretar. Fosse a tarefa tão corriqueira, não existiriam cursos superiores, no Brasil e no exterior, direcionados a anos de ensino / aprendizagem de qualidade, bem como à pesquisa séria e ao caráter de aplicação ética da profissão de tradutor e intérprete. O sentido de aplicação ética no ensino/aprendizagem da tradução e interpretação diz respeito a contextos mais específicos. Um intérprete especializado na área médica, legal ou econômica, por exemplo, por vezes se vê diante de contextos cuja responsabilidade vai além da mera interpretação do discurso de outrem. Situações que envolvem relações internacionais ligadas à política e à diplomacia também são bastante delicadas para o intérprete. Ao tradutor, por sua vez, não raro, é apresentado o desafio de ser um escritor tão competente quanto aquele do original a ser traduzido. Imagine-se, por exemplo, a responsabilidade incutida na tarefa de traduzir um James Joyce para o português ou um Guimarães Rosa para outro idioma. A tais tradutores é apresentado o desafio da ‘incorporação’ desses grandes nomes da literatura, literatos inovadores e reconhecidos não apenas

pelo uso esteticamente diferenciado da língua, mas, por consequência, pelo enriquecimento de toda uma cultura.

Ao docente de tradução e interpretação, seria desejável a busca do conjunto harmonioso da experiência tradutória / interpretativa com a prática pedagógica aplicada a essas áreas, bem como o comprometimento com a abordagem ética da profissão. Ao discente, seria desejável a busca da harmonia entre uma grande dose de empenho pessoal, uma incansável iniciativa à pesquisa e o comprometimento com a aprendizagem e o emprego ético da profissão. E a questão ética envolve não apenas a prática da profissão de tradutor / intérprete, mas, sobretudo, a prática responsável da pesquisa.

Referências

BURKE, P. *Uma história social do conhecimento*. Trad. Plínio Dentzien. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.

_____. *O paraíso perdido do conhecimento*. Trad. Leslie Benzakein. Folha de São Paulo, Mais!, São Paulo, 11 maio 2003. p. 3.

CAPRA, F. *As conexões ocultas*. Trad. Marcelo B. Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002.

_____. *O ponto de mutação*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1982.

DYSON, F. *Infinito em todas as direções*. Trad. Laura T. Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FRANCO JÚNIOR, H. *A Idade Média: nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LADMIRAL, J-R. *Traduzir: teoremas para a tradução*. Lisboa: Europa-América, 1979.

LEVY, P. *Conexão planetária*. Trad. Maria Lucia Homem e Ronaldo Entler. São Paulo: Editora 34, 2003.

MORIN, E. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *A cabeça bem-feita*. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PAZ, O. *Traducción: literatura y literalidad*. Barcelona: Tusquets, 1990.

_____. *Signos em rotação*. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Perspectiva, 1996.

ROBINSON, D. *Construindo o tradutor*. Trad. Jussara Simões. Bauru: Edusc, 2002.